



A mulher na libertação angolana: representações e narrativas nos currículos escolares (1960–1975)

Women in the Angolan liberation: representations and narratives in school curricula (1960–1975).

La mujer en la liberación angoleña: representaciones y narrativas en los currículos escolares (1960–1975).

Oliveira Adão Miguel¹

Instituto Superior de Ciências da Educação-Huíla, Angola

oliveira.miguel@iscedhuila.ed.ao

Resumo

A participação feminina no processo de libertação de Angola (1960–1975) permanece marginalizada na historiografia oficial e no ensino de História, apesar do papel decisivo desempenhado pelas mulheres nas frentes de combate, na logística, na mobilização política e na diplomacia. O presente estudo analisa os mecanismos de invisibilização da agência feminina nas narrativas hegemónicas da luta anticolonial, problematizando representações que tendem a enquadrar as mulheres em arquétipos restritivos, como o da “mãe heróica” ou da “combatente institucionalizada”. O objectivo central é examinar as múltiplas formas de actuação feminina no processo de independência e compreender como essas trajetórias são representadas, silenciadas ou hierarquizadas nos currículos e manuais da disciplina de História no ensino secundário angolano. A pesquisa adopta uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, baseada na análise documental e na leitura crítica de fontes textuais e visuais, incluindo materiais de propaganda política e acervos arquivísticos consultados em Angola e em Portugal. Os resultados evidenciam experiências femininas plurais que ultrapassam a dicotomia entre retaguarda e frente de combate. Conclui-se que o ensino de História tende a reproduzir uma memória homogénea, indicando a necessidade de uma revisão curricular crítica que reinscreva as mulheres como sujeitos históricos centrais da luta anticolonial angolana.

Palavras-chave: Mulheres; Luta de Libertação Nacional, Currículos Escolares.

¹ Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação na UESB e Professor Efetivo no ISCED-Huíla, Angola.

Abstract

Women's participation in the process of Angola's liberation (1960–1975) remains marginalized in official historiography and in the teaching of History, despite the decisive role played by women on the battlefronts, in logistics, political mobilization, and diplomacy. This study analyzes the mechanisms that render female agency invisible in hegemonic narratives of the anti-colonial struggle, problematizing representations that tend to frame women within restrictive archetypes, such as the “heroic mother” or the “institutionalized combatant.” The main objective is to examine the multiple forms of women's participation in the independence process and to understand how these trajectories are represented, silenced, or hierarchized in the curricula and textbooks of the History discipline in Angolan secondary education. The research adopts a qualitative and interdisciplinary approach, based on documentary analysis and critical reading of textual and visual sources, including political propaganda materials and archival collections consulted in Angola and Portugal. The findings reveal plural female experiences that go beyond the dichotomy between rear support and combat front. It is concluded that the teaching of History tends to reproduce a homogeneous memory, pointing to the need for a critical curricular revision that re-inscribes women as central historical subjects of the Angolan anti-colonial struggle.

Keywords: Women, National Liberation Struggle, School Curricula.

Resumen

La participación femenina en el proceso de liberación de Angola (1960–1975) permanece marginada en la historiografía oficial y en la enseñanza de la Historia, a pesar del papel decisivo desempeñado por las mujeres en los frentes de combate, en la logística, en la movilización política y en la diplomacia. Este estudio analiza los mecanismos de invisibilización de la agencia femenina en las narrativas hegemónicas de la lucha anticolonial, problematizando representaciones que tienden a encuadrar a las mujeres en arquetipos restrictivos, como el de la “madre heroica” o la “combatiente institucionalizada”. El objetivo central es examinar las múltiples formas de actuación femenina en el proceso de independencia y comprender cómo estas trayectorias son representadas, silenciadas o jerarquizadas en los currículos y manuales de la asignatura de Historia en la educación secundaria angoleña. La investigación adopta un enfoque cualitativo e interdisciplinario, basado en el análisis documental y en la lectura crítica de fuentes textuales y visuales, incluyendo materiales de propaganda política y acervos archivísticos consultados en Angola y Portugal. Los resultados evidencian experiencias femeninas plurales que superan la dicotomía entre retaguardia y frente de combate. Se concluye que la enseñanza de la Historia tiende a reproducir una memoria homogénea, lo que indica la necesidad de una revisión curricular crítica que reinscriba a las mujeres como sujetos históricos centrales de la lucha anticolonial angoleña.

Palabras clave: Mujeres, Lucha de Liberación Nacional, Currículos Escolares.

Introdução

A participação das mulheres na luta de libertação nacional em Angola (1960–1975) constitui um tema que, apesar de sua relevância histórica, permanece relegado a uma posição marginal na historiografia, em contraste com a centralidade conferida a figuras masculinas e a organizações político-partidárias. O problema científico que orienta esta investigação reside justamente na constatação de que, embora as mulheres tenham desempenhado papéis decisivos — tanto no combate directo quanto em actividades de retaguarda, logísticas, políticas e culturais —, a sua presença continua a ser silenciada ou reduzida a representações hegemónicas que enfatizam, sobretudo, a figura da “mãe guerrilheira” ou da “combatente institucionalizada” pelas organizações partidárias. Torna-se, assim, necessário reflectir criticamente sobre os mecanismos de construção e apagamento da memória feminina, bem como sobre as formas da sua representação na historiografia e nos currículos escolares do ensino médio angolano.

O objectivo central deste estudo é examinar as múltiplas formas de actuação feminina no processo de independência e compreender como estas trajectórias são representadas, silenciadas ou hierarquizadas nos currículos e manuais da disciplina de História no ensino secundário angolano.

Metodologicamente, a pesquisa assenta numa abordagem qualitativa e interdisciplinar, que conjuga análise documental, revisão bibliográfica e leitura crítica de fontes visuais. Foram examinados programas curriculares da disciplina de História (da 10^a à 12^a classe), arquivos localizados em Angola e em Portugal, materiais de propaganda política, imagens e monumentos, além de relatos autobiográficos e estudos recentes sobre a temática. O uso do materialismo histórico (Haguet, 1994) e do método histórico (Marconi & Lakatos, 2004) revelou-se fundamental para compreender as condições materiais e sociais nas quais as mulheres estavam inseridas e para resgatar experiências frequentemente invisibilizadas nos documentos oficiais.

As fontes de pesquisa mobilizadas incluem obras clássicas e contemporâneas da historiografia angolana e internacional, como Wheeler e Pélissier (2009), Mateus e Mateus (2009), Fernando (2012), Jeremias e Miguel (2014), Paredes (2015, 2022), Silva (2021) e Araújo (2022), além de documentos normativos e curriculares, como a Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE).

Os resultados preliminares indicam a pluralidade de experiências femininas na luta anticolonial, abrangendo desde o trabalho agrícola e logístico até à participação directa em combates armados e na produção intelectual e cultural. Revelam ainda que a memória oficial tende a privilegiar certas figuras como Deolinda Rodrigues e as integrantes do esquadrão Kamy, ao passo que invisibiliza a actuação de camponesas e de outras protagonistas anónimas. No campo educativo, observa-se que os currículos escolares reproduzem, em parte, este processo de silenciamento, reforçando uma visão homogénea e restritiva da participação feminina.

Desta forma, a investigação contribui para o alargamento do debate historiográfico e educativo em torno da luta de libertação nacional, ao reinscrever as mulheres como sujeitos históricos e protagonistas de um processo colectivo de resistência e transformação social.

Mulheres na Luta de Libertação Nacional em Angola (1960–1975): elementos para uma reflexão teórica

A emergência dos movimentos nacionalistas em Angola esteve profundamente vinculada às décadas de 1950 e 1960, período em que se intensificaram as reivindicações pela independência e pela autodeterminação face ao regime colonial português, num contexto internacional marcado pela Guerra Fria e pela rivalidade entre as grandes potências. O florescimento destas organizações ocorreu, sobretudo, em centros urbanos como Luanda, Malanje, Benguela, Lobito, Nova Lisboa (actual Huambo), Sá da Bandeira (actual Lubango), Moçâmedes (actual Namibe) e Silva Porto (actual Cuito), espaços de concentração de uma população mestiça e assimilada, influenciada por ideais liberais e marxistas. Nestes ambientes, emergiram iniciativas como a Liga Nacional Africana (LNA), a Associação Regional dos Naturais de Angola (ANANGOLA), o Comité Federal Angolano do PCP, o grupo Angola Negra, a Comissão de Luta das Juventudes contra o Imperialismo Colonial em Portugal, a Associação Africana do Sul de Angola (Huambo), o Partido Comunista Angolano (PCA), o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento Anticolonial (MAC), o Movimento de Libertação Nacional (MNL), o Movimento de Libertação de Angola (MLA), o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), o Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA), o Movimento

para a Independência de Angola (MPIA) e a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) (Wheeler & Pélissier, 2009).

Ao longo dos anos, outras organizações foram surgindo em diferentes regiões, como o Movimento de Defesa dos Interesses Angolanos (MDIA), fundado por Jean Pierre Mbala, após a primeira cisão da FNLA, a 24 de Fevereiro de 1961, o NGWIZACO, o NTOBACO e a Aliança dos Naturais do Zombo (ALIAZO), criada em 1956. Também merece referência a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), fundada por Nzita Tiago. Em paralelo, no plano externo, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), criada em 1944, desempenhou papel central, ao acolher e apoiar estudantes africanos em Portugal, entre os quais emergiriam figuras-chave do nacionalismo angolano. Com o passar do tempo, parte destas organizações desapareceu ou se fundiu, dando lugar à consolidação de três grandes forças políticas: O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1962, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), estabelecida em 1966, constituíram os três principais movimentos políticos e militares envolvidos na luta pela independência de Angola (Jeremias & Miguel, 2014).

A produção historiográfica referente a este período tem sido marcada por uma narrativa predominantemente factual, generalista e nacionalista, construída em torno de figuras masculinas, o que acaba por relegar a um plano secundário a participação das mulheres. Neste quadro, observa-se uma tendência persistente de silenciamento ou apagamento da presença feminina nos acontecimentos históricos, revelando que os estudos sobre a participação das mulheres na luta de libertação nacional em Angola permanecem ainda relativamente incipientes, contribuindo para a sua marginalização no âmbito da historiografia. As análises disponíveis concentram-se sobretudo no período colonial e privilegiam a inserção das mulheres nas estruturas político-partidárias dominantes, como a Organização da Mulher Angolana (OMA), vinculada ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); a Liga da Mulher Angolana (LIMA), associada à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA); e a Associação das Mulheres Angolanas (AMA), integrada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Embora esta ênfase institucional seja de grande relevância, tende a reduzir a

complexidade e a diversidade das experiências femininas, apagando formas alternativas de participação e resistência que ultrapassam os limites do enquadramento partidário.

Nos últimos anos, alguns estudos têm procurado tensionar este quadro de silenciamento historiográfico. Destacam-se, entre outros, os trabalhos de Paredes (*Combater Duas Vezes: Mulheres na Luta Armada em Angola*, 2015), de Silva (*Na Cobertura da Retaguarda: Mulheres Angolanas na Luta Anticolonial (1961-1974)*, 2021), de Araújo (*Contribuições das Mulheres nas Frentes de Batalha da Independência à Luz da Literatura*, 2022) e, novamente, de Paredes (*A História de Luta de Maria Henriqueta Miguel Pedro na FNLA, Cadernos de Estudos Africanos*, 2022). Estas investigações demonstram que a resistência à colonização portuguesa em Angola constituiu um processo contínuo ao longo dos séculos, adquirindo maior intensidade nas décadas de 1950 e 1960, com a emergência dos movimentos de libertação e a multiplicação das reivindicações pela independência. Neste contexto, ainda que a produção bibliográfica, de forma geral, atribua escassa atenção às mulheres, os autores referidos buscam resgatar e tornar visíveis as suas experiências, enfatizando a relevância dos seus papéis no processo de descolonização angolana.

De modo particular, Silva (2021) demonstra que a reconstrução histórica do contributo das mulheres na luta de libertação nacional em Angola se tornou possível a partir da análise de registos escritos, orais e visuais recolhidos em arquivos de Angola e de Portugal. Neste sentido, evidencia-se que a história e a memória da luta anticolonial se estruturam em torno de dois grandes grupos de mulheres: por um lado, aquelas vistas como anónimas, sobretudo camponesas, frequentemente invisibilizadas ou apagadas sistematicamente da narrativa histórica; por outro, intelectuais que se aproximaram das estruturas de gestão e coordenação dos movimentos de libertação nacional.

O primeiro grupo é constituído por mulheres de distintas origens étnicas, geográficas e raciais, que, em contextos de combate, assumiram funções que ultrapassavam a esfera estritamente militar. Embora muitas tenham participado directamente como guerrilheiras, também desempenharam actividades indispensáveis ao funcionamento das bases e à manutenção da logística de guerra. Entre estas tarefas destacavam-se o corte de cafeeiros e bananeiras, a remoção de troncos das estradas, a escavação de fossas para dificultar o trânsito de veículos coloniais, bem como a produção de alimentos como o

kisaka e a fuba. Estes trabalhos, reconhecidos como “trabalhos da revolução”, articulavam simultaneamente a força de trabalho agrícola e militar na preservação das zonas libertadas e na consolidação de uma economia anticolonial de pequena escala, baseada na agricultura, na criação de animais e nas trocas locais de víveres (Araújo, 2022).

Muitas mulheres também contribuíam com carnes, roupas e outros bens enviados às tropas, estruturando uma rede de apoio essencial à sobrevivência dos guerrilheiros. Neste processo, as camponesas assumiam papéis múltiplos, sendo representadas e incentivadas pelos próprios movimentos de libertação como “guerrilheiras-enfermeiras”, “guerrilheiras-professoras”, “guerrilheiras-agricultoras” ou “guerrilheiras-costureiras”. Esta pluralidade de papéis foi reforçada por meio de panfletos de propaganda política, que encorajavam especialmente as mães a engajarem-se no esforço de guerra (Silva, 2021).

Neste sentido, Paredes (2015, p. 20), em *Combater duas vezes – mulheres na luta armada de Angola*, sublinha que:

Não nos podemos esquecer de que, em Angola, as camponesas foram a maioria das mulheres combatentes e, por causa da sua condição social, das tarefas que executavam e dos perigos que corriam, os sacrifícios eram maiores, o que não foi suficiente para que a sua participação no esforço implicado da Luta de Libertação e nas guerras fosse reconhecida ou recompensada no pós-independência.

A autora caracteriza estas mulheres como sujeitos activos no processo da luta armada, cuja participação não se limitava ao desempenho de funções militares em sentido estrito, mas abrangia igualmente a incorporação de mulheres comuns que, por diferentes razões, integraram as fileiras do exército. Esta integração ocorria tanto em decorrência da obrigatoriedade quanto da adesão voluntária motivada por convicções políticas, mas também podia estar associada à busca de melhores oportunidades económicas e de acesso ampliado à educação. Assim, as suas trajectórias reflectem experiências plurais de engajamento e resistência, manifestas não apenas nas frentes de combate, mas igualmente nos espaços políticos formais e na esfera doméstica, onde a luta adquiria contornos próprios e complementares.

O espírito de consciência política que era transmitido nas notícias das rádios em línguas nacionais carregava consigo as canções de guerrilha, entoadas principalmente por mulheres, sobretudo dos meios rurais. Tendo em conta as tarefas agrícolas e *militares* que executavam e os perigos que corriam, estas mulheres viviam a condição de guerrilheiras, independentemente do manuseio ou não de armas e do uso de fardamento de guerra. Silva (2021) afirma que, desta luta, se pode identificar para elas as adjectivações de “combatente”, “guerrilheira” e “mulher soldado”:

Denomina-se como “combatente”, “guerrilheira” e “mulher soldado”, principalmente no pós-independência, conceito de combatente a partir de um uso mais indiscriminado, como todo aquele que participou e possui experiência de guerra. A ideia da guerrilheira como aquela que possuiu treino militar e sacrificou a sua vida em nome de uma causa justa e de arma na mão; e a mulher soldado sendo aquela que entrou no lugar sagrado reservado ao homem, nas forças militares, em campos de treino, usando calças, e participou activamente em combates antes reservados exclusivamente aos homens (Silva, 2021, p. 60).

Em relação a mulheres intelectuais, existiram figuras que se tinham destacado ao longo da luta anticolonial e que, inclusive, eram mulheres intelectuais que carregavam no seu repertório atributos académicos, poéticos e profissionais. Elas eram escritoras, médicas, professoras, entre outras profissões. Entre estas destacam-se aquelas que fizeram parte do esquadrão Kami, como Deolinda Rodrigues de Almeida, Irene Cohen, Lucrécia Paim, Engrácia dos Santos e Teresa Afonso. Muitas delas derivavam do Centro de Instrução Revolucionária (CIR), criado em 1965, local onde eram instruídas politicamente e recebiam treinamento militar. Em Junho de 1961, juntamente com uma proposta de remodelação dos seus órgãos directivos, Deolinda Rodrigues de Almeida é proposta como membro do Comité Director. Foi decidido igualmente a criação de uma secção feminina dirigida por esta última, juntamente com Ruth Neto e Maria Luísa Gaspar (Reis, 2023).

Como guerrilheiras, combatentes ou soldadas, estas mulheres cumpriram funções estratégicas no processo revolucionário. Algumas delas chegaram a

pegar em armas, como o foi o caso de uma das figuras proeminentes do MPLA e do nacionalismo angolano, Deolinda Rodrigues e das quatro outras guerrilheiras angolanas que, em 1966, que receberam treinamento militar e aprenderam a manear armas de fogo e, no Esquadrão Kamy, participaram formalmente dos conflitos abertos. E, dado os confrontos e lutas estabelecidas entre os próprios movimentos de libertação angolanos, foram capturadas e levadas para o campo de Kinkouzu. Deolinda foi fuzilada pela FNLA, juntamente com as outras militantes do MPLA sequestradas na ocasião. Foi este o destino das cinco guerrilheiras que, apesar dos apelos internacionais, foram executadas (Silva, 2021, p. 67).

Os casos relatados são exemplo de militarismo e sacrifício, símbolo de resistência ao colonialismo português e da Organização de Mulheres do MPLA.

A evocação de Deolinda também é veiculada de uma forma mítica, onde o que é sublinhado é o ter morrido pela pátria como guerrilheira do MPLA. Curiosamente, a estátua das Heroínas de Angola, um monumento público nacional erigido para homenagear Deolinda e as mulheres da coluna Kamy, que foram feitas prisioneiras (durante o conflito latente que opunha a FNLA e o MPLA) e foram mortas no campo de Kinkuzu da FNLA, retrata as heroínas de panos, valorizando as feminilidades e redomesticando as combatentes que, durante a guerrilha, usaram camuflado como os seus homólogos masculinos (Paredes, 2015, p. 56).

A imagem de Deolinda Rodrigues, por exemplo, está para o imaginário dos angolanos tal qual o nome dos intelectuais, poetas e revolucionários como Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade. Em suas homenagens, em Luanda, existe uma praça chamada “Largo das Heroínas”, na Avenida Ho-Chi-Min, inaugurada na década de 1980. Na escultura, as guerrilheiras carregam um livro, uma enxada e uma arma, símbolos construídos pelo MPLA e uma das bandeiras da luta anticolonial. São os rostos da memória oficial e do exemplo revolucionário. São igualmente imagens que incitam que os seus observadores conheçam outras memórias e protagonistas dessa História (Silva, 2021). Houve ainda retracts destas mulheres em panfletos, livros e cartazes que as ilustram com crianças no colo ou nos braços e com armas nas mãos,

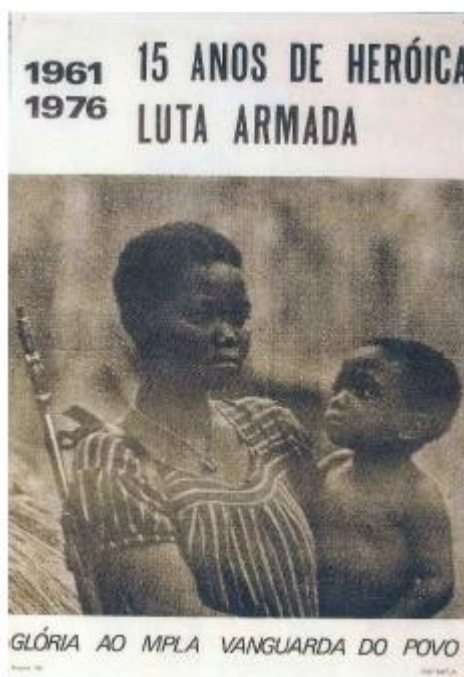
demonstrando o seu lado combatente. São retratadas como mulheres aguerridas, fortes e determinadas.

Na historiografia, cartazes, postais, representações toponímicas (nome de gente, ruas, avenidas, escola, praça, hospitais etc.) e monumentos espalhados pelo país, as imagens e nomes dessas guerrilheiras são mobilizados e preservados. São os rostos do exemplo revolucionário em que, inclusive, intencionalmente ou não, mulheres camponesas com filhos, vindas dos arredores e de outras províncias de Angola, muitas delas fugidas da guerra, presentes em massa nas ruas de Luanda, estão ausentes, enquanto promovem as memórias de umas, operam uma política de esquecimentos, dinâmica incontornável a todo processo de construção e soberania de um Estado-nação (Silva, 2021, p.70).

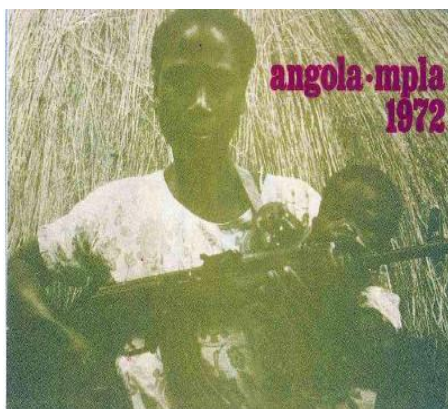
Página | 131

No discurso hegemónico, atingiram a representação de “mãe guerrilheira”, “mulher povo”, o que lhes conferiu uma identidade e legitimidade. Nas imagens que se podem ver a seguir, a mulher aparece com a arma e o filho no braço. Ilustram e revelam o quanto as mulheres participaram na guerra com arma na mão e filho no braço, actuando como guerrilheiras.

Imagem 1 – Quinze Anos da Heróica Luta Armada pela Libertação Nacional



Fonte: Silva, 2021



Fonte: Silva, 2021

As duas imagens em análise configuram representações da chamada “nova mulher”, subsumida na figura da guerrilheira e de mãe, ainda que tais categorias não esgotem as formas de participação feminina na luta armada. A maternidade, além de significar a responsabilidade das mulheres com os custos da reprodução social por meio do trabalho agrícola, foi igualmente mobilizada como expressão de cuidado patriótico, vinculando o compromisso com a transformação da sociedade e a dedicação no seio familiar e comunitário. A associação entre mãe e mulher aparece, assim, entrelaçada no esforço revolucionário em que se projectava um ideal de desempenho eficiente nos campos. Estas representações projectaram-se, sobretudo, na figura da mulher-guerrilheira articulada à OMA-MPLA, constituindo parte da narrativa oficial fomentada pelo partido-Estado. Neste enquadramento, Silva (2021) identifica o legado daquilo que denominou “maternidade patriótica”, forjado a partir das imagens e discursos de mobilização política.

Paralelamente, muitas mulheres que não integraram directamente as frentes de combate assumiram, de forma isolada, o sustento das famílias, enfrentaram perseguições e pressões policiais e conviveram com a violência quotidiana dos bombardeamentos e a destruição das propriedades, ao mesmo tempo em que lidavam com a espera do regresso de parentes e companheiros (Araújo, 2022). A participação feminina, portanto, manifestou-se em múltiplas dimensões, tanto nas trincheiras quanto na retaguarda, compondo um quadro diverso de experiências.

No âmbito da luta de libertação, emergem também nomes de mulheres que marcaram este processo: Odete Sorte Vinene Muekalia, Elisete Aurora Nambundo Uliengue, Isabel Ferreira, Joana Mucolo Tchimbende Fronteira, Domingas dos Santos Kibota, Maria de Fátima Miguel Kapache (“Fatita”), Ana Maria da Silva Nzagi, Maria da Conceição Boaventura, Maria Luísa Guimarães Quarta, Joana André Domingos, Elisa Glória Calado Henda, Domingas Tito, Domingas Congo Jondila, Ana Maria da Conceição Fernandes, Isalina Kawina, Helena Bonguela, Rodeth Teresa Makina dos Santos Gil, Fernanda Machiai Kalukango Miranda, Jovita Minervina Nunes, Maria Simão Paím Gomes, Ruth Adriano Mendes, Bernarda Cristóvão de Jesus, Maria Mambo Café, Luzia Bebiane de Almeida Sebastião, Olívia Tchindongo, Luzia Pereira de Sousa Inglês Van-Dúnem, Maria de Fátima Jesus Moreira Paiva, entre outras. Estas trajetórias estiveram presentes em momentos-chave como o processo dos 50, a insurreição de 4 de Fevereiro, o 8 de Março e nas lutas subsequentes que culminaram na independência de Angola.

A presença destas mulheres legitimou práticas de subversão da norma ao integrar a dimensão bélica e política, configurando novas formas de reconhecimento e de agência. No combate armado, muitas delas reivindicavam igualdade com os homens ao desempenharem tarefas como patrulhamento, rondas, segurança e manuseio de armas. Contudo, apesar da retórica em torno da emancipação feminina e da construção de uma sociedade nova, persistia a divisão sexual do trabalho: enquanto os homens ocupavam posições de comando, as mulheres eram em grande medida direccionadas para actividades domésticas nos campos e para o cuidado de crianças e órfãos (Paredes, 2015).

As memórias destas mulheres, entretanto, não se apresentam de modo consensual, uma vez que são atravessadas por disputas políticas e ideológicas. Os partidos que conduziram a luta e conquistaram a independência empenharam-se em construir narrativas próprias da sua trajetória histórica, elaborando galerias de heróis e vilões e produzindo justificações sobre o que foi feito ou omitido (Neto, 2015). O processo de rememoração, comemoração e celebração de datas nacionais — como o “Dia da Fundação dos Partidos Políticos”, o “Dia do Herói Nacional”, o “Dia da Juventude” ou o “Dia da Mulher” (este último, geralmente associado à OMA e à morte de Deolinda Rodrigues) — operou como mecanismo de consolidação de temas, figuras e

acontecimentos que servem à legitimação de versões específicas do passado (Furtado & Sansone, 2019). Neste contexto, os partidos políticos angolanos, por meio de narrativas polarizadas, buscaram impor representações históricas como estratégia para sobrevivência frente a riscos de tensões internas, cisões e até mesmo de desaparecimento político (Neto, 2015). Os documentos e testemunhos disponíveis, contudo, evidenciam a participação activa das mulheres no processo de libertação nacional, ainda que marcada por ambiguidades e contradições próprias do contexto histórico.

A Mulher na História da Luta de Libertação Nacional e a sua Representação nos Currículos Escolares Angolanos.

A história e os seus arquivos, durante muitos séculos, privilegiaram a oficialização de documentos manuscritos, registos gráficos e fotografias, com o objectivo de preservar aquilo que se considerava digno de ser recordado (Luca, 2022). Esta selecção, contudo, implicou a exclusão de diversos grupos sociais — como mulheres (especialmente as do mundo não ocidental, em sociedades africanas, latino-americanas e asiáticas), populações étnicas subalternizadas, pessoas negras e sujeitos LGBTQIA+ — das narrativas históricas dominantes, estruturadas maioritariamente por homens e centradas em grandes figuras do Estado, do espaço público, das guerras, da política e dos chamados grandes acontecimentos. O silêncio que mais pesou sobre as mulheres foi precisamente o silenciamento das fontes. Como observa Perrot (2007, p. 17), “a exclusão das mulheres nas fontes da história pública ocasiona um silenciamento e uma escassez de fontes sobre elas, pois as mulheres deixavam poucos vestígios escritos e materiais; o seu acesso à escrita foi tardio”.

Este silêncio tem origem nos primeiros relatos historiográficos, moldados por homens ilustres e historiadores que, ao registarem os seus escritos, optaram por narrar sobretudo a trajectória do grupo dominante. Thompson (1987, p. 13) sintetiza essa dinâmica ao afirmar que “apenas os vitoriosos (no sentido daquelas cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”. Tal versão historiográfica cumpriu, portanto, a função de legitimar um exercício de poder e de controlo social, económico e político. Para Lisboa (2023, p. 210) “as mulheres foram privadas de uma História na qual são protagonistas.

Entretanto, foram excluídas do fazer histórico, havendo poucos relatos de feitos significativos das mulheres ao longo da História”.

A partir da segunda metade do século XX, observa-se uma atenção em relação às mulheres, aos operários, aos prisioneiros, ou seja, a toda a sorte de excluídos, inaugurando novas percepções acerca do passado. Emerge a perspectiva da *História Vista de Baixo*, utilizada em 1966 pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993), expressando o desejo de inquirir sujeitos e culturas que até então estavam praticamente ausentes da agenda historiográfica (Luca, 2022).

Desde os anos 1960, vem-se firmando uma nova política cultural, especialmente na política das identidades. As denúncias, questionamentos e reivindicações promovidas por diversos grupos sociais (mulheres, indígenas, quilombolas, negros, minorias étnicas, homossexuais etc.) que historicamente sofreram processos de opressão e marginalização, vêm ganhando cada vez mais visibilidade. (Oliveira, 2014, p. 276).

Sendo assim, a pesquisa sobre as mulheres enquanto sujeitos históricos ganhou visibilidade entre os anos de 1960 a 1970, sobretudo com a projecção do movimento feminista e os avanços das lutas pelos direitos das mulheres (Lisboa, 2023). Houve uma certa reivindicação desta história silenciada, desencadeando uma avalanche de produções teóricas sobre as mulheres, dos quais se destacam exemplos de obras como “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir (1908-1986), “Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros”, de Michelle Perrot (1928), “A Mística Feminina”, de Betty Friedan (1921-2006), “O Feminismo é para todo Mundo”, de Bell Hooks (1952-2021), e “Mulheres, Raça e Classe”, de Ângela Davis (1944-).

Para Oliveira (2014, p. 277), “a memória histórica favorável a esta conquista e ampliação da cidadania das mulheres encontra-se disponível, especialmente, na historiografia produzida nos campos da “História das Mulheres”, dos “Estudos Feministas” e dos “Estudos de Género”. Estas intelectuais procuraram desenvolver uma história que reivindicava direitos para as mulheres e questionava as relações de poder que sempre colocaram a figura masculina no centro do processo histórico. Desta forma, passou-se a perceber uma certa invisibilidade da mulher ao longo da história, gerada

pela ideologia do patriarcado que impossibilitou as mulheres de terem uma história digna de ser relatada.

Destas obras, o debate sobre a mulher foi ampliado e enriquecido incluindo apelos à igualdade e equidade de direitos, questões de interseccionalidade ligadas à raça, à etnia, à localização geográfica, à classe social e ao género. As historiadoras começaram a reexaminar o passado para entender como as mulheres viviam, as suas lutas, contribuições e a construção social dos seus papéis. As pesquisas procuraram vasculhar o passado para compreender como as mulheres viviam no quotidiano, as suas relações familiares, de trabalho e as formas de opressão e resistência. Neste caso, estas intelectuais buscaram a reformulação da história das mulheres não como uma história de opressão passiva, mas como um campo dinâmico, onde as mulheres também desempenharam papéis importantes e activos, muitas vezes desafiando as normas impostas a elas em várias sociedades mundiais. De acordo com Lisboa (2023, p. 215), “apesar do desenvolvimento da História das mulheres como um campo historiográfico e da organização das mulheres por emancipação, com o movimento feminista, actualmente, ainda que tenha tido avanços, as mulheres inserem-se como um grupo marginalizado e relegado ao silenciamento histórico”.

Esta questão pode ser associada ao debate sobre o currículo² e à sua relação com a forma de inclusão — ou exclusão — da história das mulheres. O currículo, enquanto documento orientador do trabalho pedagógico, define aquilo que será executado pela escola, pelo corpo docente e pelas competências a serem alcançadas pelos alunos e alunas (Silva, 2021). De modo geral, pode ser entendido como um projecto educativo que organiza o que deve ser ensinado, de que maneira será ensinado e quais objectivos de aprendizagem se pretende atingir. Ao estabelecer competências, conteúdos e métodos pedagógicos, o currículo funciona como uma bússola para o sistema de ensino, orientando tanto a prática docente quanto o processo de aprendizagem discente. Neste sentido, o instrumento abrange o conjunto de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes que são considerados socialmente relevantes para serem trabalhados no espaço escolar (Roldão, 1999; Pacheco & Morgado, 2002; Sacristán, 1999).

² O termo currículo deriva do latim *scurrere*, remetendo à ideia de curso, carreira ou percurso a ser realizado. Trata-se, portanto, de um conceito polissémico, cuja definição consensual se revela praticamente impossível (Maiunga, 2021).

No contexto angolano, o Estado, através da Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE)³, estabelece a política curricular nacional como um conjunto de fundamentos, princípios, normas e parâmetros de referência capazes de garantir a organização e gestão curricular ao serviço da educação escolar. Trata-se de um instrumento que visa contribuir para a garantia da soberania do Estado, mediante a preparação integral dos sujeitos em construção histórico-social para as exigências da vida individual e colectiva. A lei deixa clara a estandardização e obrigatoriedade do cumprimento do currículo nacional, o que achamos pouco adequado ao contexto multicultural angolano, uma vez que um currículo nacional uniforme aplicado num contexto multiétnico e com minorias étnicas pode ser tido como um currículo discriminatório, pelo facto de a uniformidade curricular prejudicar o desenvolvimento das potencialidades individuais e ser contrária a um dos princípios mais queridos das sociedades democráticas (Maiunga, 2021).

O currículo é constituído dentro de relações de poder e a busca de sentidos e significados torna-o lugar de contestação, disputa e conflitos. Há uma luta em busca de hegemonia em que ganha quem hierarquicamente tem mais poder. Além disso, o currículo também produz as identidades sociais, pois o instrumento participa do processo de inclusão e exclusão que define e constrói as identidades que dividem a realidade social.

³ A implementação da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprovou as Bases do Sistema de Educação em Angola, constituiu um marco fundamental para a organização e expansão do ensino no país, permitindo o crescimento de todos os subsistemas de ensino e contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento dos diferentes sectores da vida nacional. No entanto, à medida que a sociedade angolana enfrentava novos desafios, tornou-se necessário redefinir o quadro jurídico-educativo, sobretudo para assegurar a universalização do acesso ao ensino primário, a redução do analfabetismo e a expansão do ensino secundário e superior, respondendo à crescente procura por vagas. Para além disso, exigia-se uma melhoria da qualidade do ensino, através da modernização dos currículos, da valorização e formação contínua dos professores e da disponibilização de materiais didácticos actualizados. Outras preocupações contemporâneas estavam ligadas à necessidade de inclusão e equidade, garantindo o acesso de raparigas, populações rurais e pessoas com deficiência, bem como a promoção do ensino bilingue, incorporando línguas nacionais em articulação com o português. Também se tornou imperativo adequar o sistema de ensino às demandas do desenvolvimento económico nacional, com maior ênfase na formação técnica e profissional, de modo a preparar quadros para um mercado de trabalho em transformação. Estas razões levaram à aprovação da Lei n.º 17/16, de 07 de Outubro, que redefiniu as bases do sistema educativo, alinhando-o às exigências contemporâneas e às metas internacionais de educação de qualidade. Posteriormente, esta legislação foi novamente revista e aperfeiçoada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, que introduziu alterações voltadas para uma maior inclusão, eficiência e alinhamento do sistema educativo aos objectivos de Desenvolvimento Sustentável e às metas regionais da SADC e da União Africana (Angola. Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto. Altera a Lei de Bases de Educação e Ensino, Lei n.º 17/16, para introduzir novos dispositivos. Diário da República, Luanda, 12 ago. 2020. Disponível em: https://sys.portais.gov.ao/uploads/13lei_32_20_de_12_de_Agosto_lei_de_bases_de_educacao_e_ensino_alteracao_a_lei_17_137004928963237a670211f_16_compressed_28b9365abc.pdf).

Os currículos académicos e os seus materiais didácticos no campo da história acabam privilegiando saberes androcêntricos no sentido de a experiência masculina ser universal e a condição da mulher silenciada ou mesmo apagada. Os livros didácticos que carregam consigo interesses políticos actuam como uma ferramenta na formação dos professores e alunos e, em muitas situações, a presença das mulheres aparece como conteúdo exposto esporadicamente de forma isolada, contribuindo, assim, para os silenciamentos delas e do seu protagonismo na História (Lisboa, 2023).

A realidade é que os programas e manuais curriculares cumprem uma função transmissora do conhecimento e o senso de realidade hegemónica pelas autoridades ou poder que geralmente não são questionados em suas páginas. O manual da escola é uma ferramenta cultural eficaz que apresenta ideias e valores que os sectores mais influentes da sociedade esperam que os alunos aprendam e reproduzam-se. Os livros didácticos são concebidos e projectados por grupos com interesses reais (Lopes, 2018, p. 17).

É no currículo escolar e por meio do currículo oculto que a reprodução de padrões patriarcais continua a ocorrer, pois os educadores, no momento da sua prática através do seu discurso, fazem com que estereótipos se perpetuem cada vez mais, já que os currículos escolares são escritos sob a dominação masculina, com a intenção de poder e para se manter em tal local na sociedade. Como refere Oliveira (2014, p. 277),

A cultura escolar – presente nos currículos, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didácticos e processos avaliativos – foi também apontada e criticada como produto e produtora das diferenças de género, sexualidade, classe, raça e etnia. Não por acaso, a educação escolar tornou-se alvo de muitos debates e questionamentos por parte de diversos movimentos sociais. Até então, a voz que se fizera presente no espaço escolar era a do sujeito masculino, branco, cristão, heterossexual, europeu, produtivo e reprodutivo. Ao longo do tempo, esta voz obteve ampla autoridade e legitimidade, construindo e difundindo representações racistas, sexistas, colonialistas e eurocéntricas acerca da história, das identidades e relações sociais.

Assim, o currículo, escrito para perpetuar uma sociedade patriarcal, tem a tendência a apresentar um discurso machista, colocando a mulher em segundo plano, apresentando pesquisas e dados realizados, sobretudo, por homens. Estes documentos reforçam ainda a ideia de que somente os homens foram importantes na história, apagando a figura feminina e tirando a sua importância de grandes descobertas históricas, já que a representação feminina por parte dos currículos escolares é pouco vista, sendo que, em alguns casos, ela nem aparece. “Os programas curriculares reforçam a ideia de que somente os homens foram importantes na história, apagando a figura feminina e tirando a sua importância de grandes feitos heróicos. A representação feminina é pouco vista, ou nem sempre aparece” (Silva & Cavaleiro, 2021, p. 13).

A escola é um dos grandes agentes formadores e transformadores de mentalidades. O preconceito de género, que gera discriminações e violência contra as mulheres, expressa-se no ambiente educacional de várias maneiras. Conteúdos discriminatórios e imagens estereotipadas da mulher ainda são reproduzidos em materiais didáticos e paradidáticos, em diferentes espaços e contextos educacionais. E atitudes preconceituosas de professores(es) ou orientadoras(es) educacionais podem contribuir para que determinadas carreiras sejam vistas como “tipicamente femininas” e outras como “tipicamente masculinas” (Oliveira, 2014, p. 277).

Nos currículos de História e nos manuais didáticos angolanos, verifica-se a persistente ausência da participação feminina na luta de libertação nacional, o que reforça a desigualdade de género já destacada por Silva (2005, p. 92), ao afirmar que “há uma profunda desigualdade dividindo homens e mulheres, com os primeiros a apropriar-se de uma parte gritantemente desproporcional dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Esta repartição desigual estende-se, obviamente, à educação e aos seus programas curriculares”. Tal dinâmica projecta-se tanto em contextos de colonização directa quanto em situações de neocolonialismo, reiterando a negação da humanidade das mulheres. No caso angolano, a participação feminina nos projectos políticos e nas disputas pelo poder continua subordinada à voz masculina dominante, que as transforma em não-seres, destituídos de agência na construção do imaginário nacional (Paredes, 2015).

A investigação empírica sobre esta problemática teve como ponto de partida o exame dos programas curriculares da disciplina de História da 10.^a à 12.^a classe. Na 10.^a classe, três programas foram analisados — em uso no Magistério Primário, no ICRA e nos Liceus —, evidenciando-se diferenças significativas. Enquanto os programas do ICRA e dos Liceus não contemplam a luta pela independência de Angola nem a participação das mulheres neste processo, apenas o programa do Magistério Primário aborda, no tema n.º 5, “O nascimento das Nações em África”, especificamente nos subtemas 5.3, “A descolonização em África”, e 5.3.1, “Nas colónias portuguesas” a questão da libertação do país. Mesmo neste caso, contudo, a narrativa privilegia eventos, datas e figuras masculinas, relegando as mulheres a uma posição marginal.

A análise deste programa revelou a prevalência de uma narrativa de carácter positivista, centrada em grandes nomes e feitos de líderes homens. As poucas referências às mulheres aparecem de forma secundária ou subordinada, sempre em função da actuação masculina, sugerindo que a história só as reconhece na medida em que reforçam a presença de líderes do sexo masculino. Este padrão também se reproduz nos manuais didácticos, estruturados em torno de marcos cronológicos — como o início da luta armada em 1961 e a independência em 1975 —, dos principais movimentos (MPLA, FNLA e UNITA) e das suas lideranças, como Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, sem mencionar nenhuma mulher que tenha actuado no processo de libertação.

Na 11.^a classe, a invisibilidade feminina mantém-se. O programa curricular organiza a luta pela independência, no Tema n.º 5, “A Revolta Anticolonial e a Luta de Libertação Nacional 1962–1975”, com destaque para o subtema 5.2, “1961 – O Início da Guerra de Libertação de Angola”. Embora traga, como novidade, a inclusão da Revolução de 25 de Abril de 1974 como factor determinante para a independência das colónias portuguesas, a abordagem continua centrada em datas, movimentos e figuras masculinas. O manual que acompanha este programa repete a mesma lógica, reforçando uma leitura sequencial e factual, sem problematizar a diversidade dos sujeitos envolvidos.

O programa da 12.^a classe também se inscreve nesta perspectiva. O Tema n.º 4, “Descolonização da Ásia e de África”, particularmente o subtema 4.3.2, “A Descolonização Portuguesa, as Guerras e as Independências: O Caso de Angola” retoma

a luta pela independência angolana, reiterando a centralidade das lideranças masculinas. As mulheres surgem apenas em referências pontuais, frequentemente mediadas pela discricionariedade de alguns professores em sala de aula, o que reforça a ausência de um reconhecimento sistemático do seu papel.

Estes programas e materiais didáticos, quando observados em conjunto, revelam uma concepção de história marcada pelo androcentrismo e por uma visão binária de género. Estudos sobre o currículo apontam que, mesmo quando as mulheres são incluídas, a sua presença aparece associada a um “mundo de homens” ou reduzida a funções ligadas à esfera privada — família, sexualidade, maternidade e vida quotidiana —, enquanto os homens permanecem como protagonistas da vida pública, vinculados à guerra, à política e às conquistas heróicas (Oliveira, 2014). Nesta representação, a mulher é definida pela fragilidade, emotividade e maternidade, naturalizando a sua ligação com o espaço doméstico e com ocupações consideradas tipicamente femininas, como empregada doméstica, enfermeira, costureira, cozinheira, babá, professora ou bordadeira.

Esta narrativa desconsidera que, durante a luta anticolonial, mulheres e homens, de diferentes origens sociais e experiências de vida, se engajaram nos movimentos de libertação em múltiplas frentes, fosse no interior das bases militares ou nas comunidades próximas, muitas vezes com motivações diversas e até mesmo contraditórias (Silva, 2021). A omissão de tais experiências nos currículos e manuais reforça, portanto, uma visão parcial e excludente da história, que marginaliza a agência feminina e reduz a complexidade do processo histórico angolano.

Conclusão

A pesquisa intitulada *A Mulher na História da Luta de Libertação Nacional em Angola: Representações e Narrativas nos Currículos Escolares (1960–1975)* evidenciou que, embora as mulheres tenham desempenhado um papel fundamental no processo de libertação nacional, a sua participação continua a ser representada de maneira restrita e fragmentada nos currículos escolares. Constatou-se que, nestes materiais, a figura feminina aparece maioritariamente associada a funções de apoio ou enquadrada no modelo da guerrilheira-mãe, o que resulta na invisibilização de outras formas de actuação igualmente decisivas, como o trabalho agrícola, a logística, a saúde e a

educação. Verificou-se ainda a predominância de narrativas centradas em personagens individuais, como Deolinda Rodrigues, em detrimento da valorização das experiências colectivas de camponesas, militantes e trabalhadoras anónimas, revelando a persistência de uma historiografia marcada por um olhar masculino que orienta tanto a selecção quanto a organização dos conteúdos curriculares.

Estes resultados revelam lacunas significativas, sobretudo no que se refere à ausência das múltiplas vozes femininas e à dificuldade de acesso a fontes diversificadas capazes de evidenciar a pluralidade das formas de participação das mulheres. Entre os principais desafios, destacam-se a necessidade de romper com a linearidade das narrativas oficiais, ampliar o recurso a registos orais e escritos ainda dispersos e repensar o currículo não apenas como espaço de reprodução de memórias selectivas, mas também como um campo de disputa política, historiográfica e pedagógica.

Ao mesmo tempo, tais constatações configuram um incentivo para futuras pesquisas, em especial aquelas que articulem história oral, estudos de género, memória e educação, com o objectivo de recuperar experiências silenciadas e valorizar as diferentes formas de resistência feminina. Pesquisas comparativas entre regiões e grupos étnicos, assim como estudos sobre a recepção e a reelaboração das narrativas de mulheres em materiais escolares contemporâneos, abrem novas possibilidades interpretativas e analíticas.

Desta forma, apontam-se horizontes de investigação e de intervenção académica e pedagógica orientados para a construção de uma historiografia mais inclusiva e crítica. Reconhecer o protagonismo das mulheres na sua diversidade configura não apenas um imperativo científico, mas também uma exigência política e educativa, capaz de fortalecer práticas de ensino mais democráticas, plurais e comprometidas com a igualdade de género e com a justiça histórica.

Referências Bibliográficas

Angola. (2020). *Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto*. Altera a Lei de Bases de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16). *Diário da República*, Luanda. https://sys.portais.gov.ao/uploads/13lei_32_20_de_12_de_Agosto_lei_de_bases_de_educacao_e_ensino_alteracao_a_lei_17_137004928963237a670211f_16_compressed_28b9365abc.pdf

Página | 143

Araújo, S. G. (2022). Contribuições das mulheres nas frentes de batalha da independência à luz da literatura. *Revista Científica UNILAB*, 2.

Fernando, E. (2012). *Jonas Savimbi: No lado errado da história* (3.^a ed., 364 p.; ISBN 978-972-20-4944-3). Dom Quixote, Alfragide, Portugal.

Haguet, T. M. F. (1994). Metodologias qualitativas na sociologia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 75(179–181), 63–77.

Lisboa, C. M. S. (2023). O silenciamento das mulheres na história: Uma análise da caça às bruxas nos livros didáticos do sétimo ano do ensino fundamental. *Mundo Livre: Revista Multidisciplinar*, 9(1), 205–236. <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/55903>

Luca, T. R. de. (2022). *Práticas de pesquisa em história*. Contexto.

Maiunga, H. (2021). *Proposta para implementação de uma educação intercultural em Angola: Desafios e possibilidades à inclusão da tribo Khoisan no sistema educativo* (Dissertação de mestrado). Universidade da Beira Interior.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2004). *Metodologia científica* (4.^a ed.). Atlas.

Mateus, D. C., & Mateus, A. (2009). *Purga em Angola* (8.^a ed.). Editores.

Miguel, O. A., & Jeremias, B. (2014). *O boom político em Angola (1992–2002)*. Trabalho de fim de curso, Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla), Lubango, Angola.

Neto, M. C. (2015). A memória como matéria inflamável: Reflexões a partir do caso angolano. In *V Colóquio da Faculdade de Ciências Sociais*. Universidade Agostinho Neto.

Oliveira, S. R. (2014). *Ensino de história das mulheres: Reivindicações, currículos e potencialidades*. Editora Mulheres.

Pacheco, J. A., & Morgado, A. C. (2002). *Construção e avaliação do projecto curricular de escola*. UNESP.

Paredes, M. (2015). *Mulheres na luta armada em Angola: Memória, cultura e emancipação*. ISCTE-IUL.

Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres* (A. M. S. Corrêa, Trad.). Contexto.

Reis, F. R. C. (2023). Olhar a face escondida da lua: Uma reflexão em torno do papel da mulher na luta de libertação nacional: O caso do MPLA (1960–1965). *Muiraquitã*:

Revista de Letras e Humanidades, 11(1), 175–190.
<https://doi.org/10.29327/210932.11.1-11>

Roldão, M. C. (1999). *Gestão flexível do currículo: Fundamentos e práticas*. DEB/ME.

Sacristán, J. G. (1999). *Poderes instáveis em educação*. Artmed.

Silva, A. (2005). *Aconteceu: António Oliveira Salazar*. RTP.

Página | 144

Silva, D. A. S. (2021). *Na cobertura da retaguarda: Mulheres angolanas na luta anticolonial (1961–1974)* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília.
<https://repositorio2.unb.br/handle/10482/43515>

Silva, S. T., & Cavaleiro, R. M. (2021). A educação feminina e os estereótipos da socialização: O currículo escolar como instrumento de reprodução. In *I Congresso Internacional de Humanidades* (p. 4). CUAG.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra.

Wheeler, D., & Pélissier, R. (2009). *História de Angola*. Tinta-da-China.

Recebido: 2025-11-02

Aceite: 2026-01-22



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Mupanda